SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/09/2015 - Instituto Telecom

Cinco dicas rápidas para economizar na fatura de telecom

Diretor de soluções da Tangoe, Marcelo Pardo, explica como as corporações podem reduzir os a conta. Segundo ele, quanto maior o número de linhas, maior as chances de gastos desnecessários.

1. Organize a casa

O primeiro passo é a organização do inventário. Conheça seu ambiente e certifique-se de que tudo o que é faturado pelas operadoras é realmente devido. Segundo a Tangoe, esse é o principal desafio dos clientes. É necessário identificar a propriedade de todas contas e itens para atribuir o custo desses recursos ao usuário ou centro de custos correto. Em seguida, descubra os serviços que deveriam ter sido cancelados ou desconectados, serviços sem uso e itens indevidos. E tome ações em relação a eles. E adote solução de mercado para gerenciar o processo.

2. Pagar somente o que é devido

Os problemas gerados pelas operadoras com seu billing é mais frequente do que muitos imaginam. Isso acontece por complexidades nos sistemas de faturamento, de contratos e até nos de relacionamento com o cliente (CRM). A complexidade faz com que existam muito erros nas cobranças. Percentuais errados na média de 10% são comuns, mas em casos extremos podem ultrapassar a casa dos 20%. Uma boa auditoria mensal pode ser responsável por uma recuperação expressiva de valores cobrados indevidamente.

3. Contratos bem negociados

Em um mercado dinâmico, é importante que a revisão de contratos seja feita com frequência. Dependendo dos contratos, uma revisão anual ou a cada dois anos é altamente recomendada. Um benchmark pode ajudar muito sua empresa a conhecer o que o mercado oferece e saber se está com suas tarifas e planos otimizados para o seu perfil de utilização e consumo.

4. Contratar aquilo que realmente necessita

Empresas possuem atuações distintas, diferentes tipos de negócios e perfis de usuários. Entender a utilização em cada perfil ou grupo de usuários é fundamental antes de contratar qualquer pacote de serviços. No caso de serviços existentes, um trabalho recorrente de otimização é obrigatório. Boa parte da redução de custos em projetos de TEM (telecom expenses management) consiste em monitorar o perfil de uso e constantemente readequar os serviços contratados, pacotes e planos para atender a necessidade do seu negócio, e assim utilizar os recursos da forma mais otimizada possível.

5. Melhorar os processos

A gestão de custos envolve diferentes áreas, recursos e stakeholders. Conhecer todos os processos envolvidos, desde a solicitação de um recurso ou 'ativo' até o seu pagamento – ou seja, em seu ciclo de vida completo – é obrigatório no momento de buscar mais eficiência. Com a melhoria desses processos vem o aumento de eficiência e um impacto importante na redução de custos, tempo e pessoas necessários. Integrações entre os sistemas e automatização dos processos podem colaborar muito no ganho de produtividade, do início ao fim.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/09/2015 - Instituto Telecom

Presidente da AT&T deve vir ao Brasil

O vice-presidente de Assuntos institucionais para América Latina, UE, América Central e Caribe, Karim Lesina, e executivos da Sky Brasil, o vice-presidente Adir Matos, e gerente de relações institucionais , Felipe Herzog, estiveram reunidos pela primeira vez com o ministro das Comunciações, Ricardo Berzoini. Uma visita de cortesia, informaram os executivos, mas na pauta está a preparação para a vinda do principal dirigente da operadora norte-americana ao país, Randall Stephenson.

Embora a compra da DirectTV Sky tenha ocorrido há mais de um ano, a visita só pode se concretizar agora porque só há pouco tempo a agência reguladora norte-americana aprovou a operação nos Estados Unidos. No Brasil esta compra foi aprovada tanto pelo Cade como pela Anatel sem restrições, já que a gigante norte-americana não tinha qualquer poder de mercado em território brasileiro.

Com esta aquisição, a AT&T passa a ocupar a segunda posição no mercado de TV paga brasileiro e resta saber quais são os planos de expansão no Brasil. Mas as intenções são de expandi-los.

08/09/2015 - Instituto Telecom

Desembolsos do BNDES para telecom recuam 75% em 12 meses

O setor de telecomunicações obteve financiamento no total de R$ 450 milhões do BNDES no primeiro semestre de 2015, 0,7% de participação nos empréstimos totais do banco de janeiro a junho deste ano, de R$ 68,7 bilhões. O valor obtido para o setor é 75% menor que o recebido no primeiro semestre de 2014, como mostra o boletim de desempenho do banco, divulgado nesta quinta-feira, 3.

Nos últimos 12 meses, o BNDES desembolsou para o setor R$ 1,5 bilhão, que representava 0,9% de participação nos financiamentos do banco. De janeiro a junho deste ano, o BNDES aprovou o desembolso de R$ 337 milhões para o setor, com recuou de 70% na comparação anual.

Para o setor de infraestrutura como um todo, o desembolso do BNDES no semestre passou de R$ 26 bilhões, o que representa 37,8% do valor total aplicado pelo banco. Na comparação anual, a queda foi de 3%.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/09/2015 - Carta Maior

Como o tio de Aécio foi beneficiado pela construção do aeroporto de Cláudio

Aécio, quando governador, construiu um aeródromo bem em cima da pista e, agora, o dinheiro do Estado vai pagar o prejuízo do próprio Estado.

Cheia de dedos, a Folha de S. Paulo deste sábado (5) revela que o tio-avô de Aécio Neves (PSDB), o ex-prefeito Múcio Tolentino, 90, usará parte do dinheiro que receberá de indenização do Estado de Minas Gerais para pagar um processo sofrido por ter usado indevidamente recursos do Estado de Minas Gerais. O caso está relacionado à construção do aeroporto de Cláudio, episódio que veio a público somente na eleição presidencial do ano passado.

Segundo a apuração da Folha, Múcio foi condenado, em maio deste ano, a pagar R$ 250 mil aos cofres públicos pela construção de uma pista de pouso em uma de suas fazendas, no município de Cláudio, no interior do Estado. A obra foi realizada em 1983, com dinheiro da Prefeitura, capitaneada pelo próprio Múcio. Ele também pediu recursos ao seu cunhado, o então governador de Minas, Tancredo Neves, avô de Aécio.

No entendimento do Ministério Público, Múcio usou dinheiro público em benefício próprio, já que a pista ficava dentro de sua fazenda. Por isso, ele virou réu em uma ação civil pública e teve, em 2001, seus bens bloqueados pela Justiça. A área, por sua vez, foi bloqueada e Múcio ficou impedido de vendê-la.

Em 2003, Aécio assumiu seu primeiro mandato como governador de Minas. Em 2008, depois de reeleito, decidiu desapropriar o terreno onde foi feita a pista de pouso do tio-avô para construir um aeródromo em cima. Na justificativa do tucano, o local era o mais apropriado, pois a pista de terra já existente representaria economia na construção do novo equipamento que fica numa cidade povoada por 25 mil habitantes.

Com autorização de Aécio, o Estado de Minas gastou quase R$ 14 milhões com a obra, que foi entregue em 2010, mas, por causa do imbróglio com o terreno, não foi aberta para uso público. No ano passado, a imprensa revelou que a pista era de uso particular e as chaves, que deveriam ficar com o poder público, eram guardadas por familiares de Aécio.

Pela desapropriação de um terreno que estava bloqueado, o Estado de Minas teria de pagar R$ 1 milhão em indenização para o tio de Aécio. Mas ele decidiu entrar na Justiça solicitando um valor maior.

Segundo a Folha, parte desse R$ 1 milhão - dinheiro que será pago pelo Estado a Múcio - será usado para pagar a dívida de R$ 250 mil referente à condenação que Múcio sofreu pela apropriação de bem público ao construir uma pista de pouso em sua fazenda. Quem reconheceu a dívida como quitada foi o juiz Jacinto Copatto Costa.

"Se a Justiça mantiver o valor da indenização proposta pelo Estado, de R$ 1 milhão, Múcio receberá pelo menos R$ 750 mil pela área, já descontado o valor que ele foi condenado a devolver por causa da outra ação. No processo, o fazendeiro chegou a pedir R$ 9 milhões pelo terreno", lembrou o jornal.

Procurado pela reportagem, o PSDB de Minas Gerais afirmou que Aécio não construiu o aeroporto em cima da pista antiga do tio para beneficiá-lo nesse processo. O fato foi usado por concorrentes do tucano durante a última disputa presidencial, da qual ele saiu derrotado por pequena diferença de votos em relação a Dilma Rousseff (PT).

O Ministério Público Estadual abriu, ainda em 2014, no calor da eleição, um inquérito sobre a obra, mas em agosto deste ano arquivou o caso. Os promotores concluíram que não houve nenhuma irregularidade na escolha do terreno e na construção do aeroporto de Cláudio, observou a Folha.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/09/2015 - Vermelho

Parlamentares defendem mais e maiores impostos aos bancos

A aprovação da Medida Provisória (MP) 675/15, que eleva a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20%, na semana passada, na Câmara dos Deputados, ainda representa muito pouco de contribuição que o setor – que tem alta rentabilidade e está fora da atividade produtiva – pode dar para a sociedade brasileira.

A avaliação é dos parlamentares que defenderam a aprovação da MP e criticaram a defesa que a oposição fez dos bancos. Como um dos maiores doadores de campanhas eleitorais, os bancos conseguem, através de seus representantes no Parlamento, evitar que outros impostos sejam votados.

É o caso das propostas de taxação das transferências de recursos para o exterior e de grandes fortunas. Os assuntos são tema de projetos de lei que tramitam na Casa, mas que não estão na ordem do dia. Os projetos estão parados por resistência dos banqueiros, grandes financiadores de campanha eleitoral, que fazem com que os deputados que os representam evitem a votação das matérias.

Durante a discussão da Medida Provisória que elevou a CSLL de instituições financeiras (bancos, seguradoras e administradoras de cartão de crédito), a líder do PCdoB na Câmara, deputada Jandira Feghali (RJ) destacou que "esta talvez tenha sido a votação mais explícita dos campos políticos que se colocam neste momento da sociedade brasileira."

Ela enfatizou que "esta medida provisória, diante da situação econômica brasileira, estabelece o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos – repito: dos bancos, que tiveram um lucro absurdo só no primeiro semestre deste ano. Ou seja, neste momento, estamos jogando o ajuste para o andar de cima, para os que mais ganham, para os que mais lucram e que não têm nenhum compromisso com a sociedade brasileira".

Aumento maior

Para o deputado Afonso Motta (PDT-RS), o aumento deveria ser ainda maior. O PDT apresentou uma proposta para que o aumento fosse de 35%, mas a proposta foi rejeitada. Para o deputado, os bancos são um setor que desfruta de grandes margens de remuneração e que poderiam contribuir mais para a economia do país.

Para o líder do PDT, deputado André Figueiredo (CE), o aumento determinado na MP é "módico". "Temos um sistema financeiro perverso e oligopolista, e nós não estamos deste lado. Queremos trazer esse debate sobre o aumento dos impostos de bancos e vamos reapresentar esses destaques tantas vezes quanto for possível", anunciou na ocasião.

Debate interditado

Os deputados da oposição que votaram contra o aumento de tributo foram duramente criticados pelos deputados favoráveis à medida. Eles foram acusados de tentar "mascarar" o debate de defesa dos bancos, alegando que o aumento dos impostos será repassado ao cidadão que usa os serviços bancários.

O deputado Artur Maia (Solidariedade-BA), um dos mais exaltados na defesa dos bancos, foi lembrado em outro episódio em defesa do grupo dominante. Maia pediu para ser cancelado o debate proposto pelo deputado Daniel Almeida (PCdo-BA) para tratar da manutenção dos empregos e do mercado no caso da compra do HSBC pelo Bradesco.

"O HSBC foi comprado pelo Bradesco por 17 bilhões e não se sabe qual o futuro com relação aos trabalhadores e agências e eu propus uma audiência pública para tratar da manutenção dos empregos e do mercado. A audiência foi marcada e, na véspera, houve uma ação do Bradesco junto a deputados e eu posso citar o líder do Solidariedade Artur Maia, que impediu a realização da audiência", conta Daniel Almeida.

O deputado comunista destaca que a bancada que representa os banqueiros impede até que esse tipo de debate seja feito aqui de forma democrática, quanto mais a apreciação de projetos que criam ou aumentam taxação dos bancos.

Capital especulativo

O deputado Aliel Machado (PCdoB-PR), que também participou do debate, defendeu a proposta do PDT, destacando que " os bancos vivem do capital especulativo; que, no momento de crise, exploram a população brasileira; que anunciaram, nos últimos meses, os maiores lucros da história; que vivem da miséria do nosso povo".

"Chegou o momento de os mais ricos contribuírem para combater a crise. Chegou o momento de aqueles que detêm as riquezas contribuírem para ajudar o povo, que mais precisa. Esse dinheiro não é para o nosso bolso. Esse dinheiro é para bancar a saúde que os senhores reclamam. Esse dinheiro é para bancar a educação que os senhores pedem", discursou.

Também o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) enfatizou, em sua defesa da taxação das instituições financeiras, o lucro dos bancos: "O dobro do que os bancos norte-americanos, modelo para tantos de civilização, obtiveram ano passado". "A proposta do Partido Democrático Trabalhista é correta: vai no sentido da progressividade tributária, da isonomia, da justiça social, de algo que precisamos enfrentar, que é exatamente a taxação do patrimônio desses agentes financeiros", afirmou Alencar.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/09/2015 - Vermelho

Que os ricos paguem a conta e a classe média saia das mãos da direita

As classes média e média alta pagam mais IR do que os verdadeiramente ricos, com renda mensal superior a 160 salários mínimos. Em 2013, dos 72 mil super-ricos brasileiros, 52 mil receberam lucros e dividendos – rendimentos isentos. Dois terços do que eles ganham sequer é taxado.

Faz alguns anos, a Receita Federal divulga os grandes números das declarações de renda. Neste ano, divulgou dados que nunca divulgara. E com isso ficamos sabendo, número por número, coisas estarrecedoras que só podíamos deduzir, observando o comportamento de nossos ricaços. Veja alguns destaques:

Quantas pessoas físicas fazem declaração?

Quase 27 milhões.

Qual é o "andar de baixo"?

Os 13,5 milhões que ganham até 5 salários mínimos. Se deixassem de pagar IR, a perda seria de mais ou menos 1% do total arrecadado pela receita. Só. E gastariam esse dinheiro, provavelmente, em alimento, roupa, escola, algum "luxo popular".

Quais são os andares de cima?

São três andares:

1. Os que ganham entre 20 e 40 salários mínimos. Correspondem a mais ou menos 1% da população economicamente ativa. Podem ter algum luxo, pelos padrões brasileiros. Mas pagam bastante imposto.

2. Tem um andar mais alto. Os que ganham entre 40 e 160 SM representam mais ou menos 0,5% da população ativa. Já sobra algum para comprar deputados (ou juízes).

3. E tem um andar "de cobertura", o andar da diretoria, da chefia. A nata. A faixa dos que estão acima dos 160 SM por mês. São 71.440 pessoas, que absorveram R$ 298 bilhões em 2013, o que correspondia a 14% da renda total das declarações. A renda anual média individual desse grupo foi de mais de R$ 4 milhões. Eles representam apenas 0,05% da população economicamente ativa e 0,3% dos declarantes do imposto de renda. Esse estrato possui um patrimônio de R$ 1,2 trilhão, 22,7% de toda a riqueza declarada por todos os contribuintes em bens e ativos financeiros. Pode estar certo de que são estes que decidem quem deve ter campanha financiada. Podem comprar candidatos e, também, claro, sentenças de juízes.

Quem sustenta o circo? Quem mais paga IR?

A faixa que mais paga é a do declarante com renda entre 20 e 40 salários mínimos, que se pode chamar de classe média ou classe média alta.

Quem escapa do leão?

O topo da pirâmide, o grupo que tem renda mensal superior a 160 salários mínimos (R$ 126 mil). As classes média e média alta pagam mais IR do que os verdadeiramente ricos.

Em 2013, desses 72 mil super-ricos brasileiros, 52 mil receberam lucros e dividendos – rendimentos isentos. Dois terços do que eles ganham sequer é taxado. São vacinados contra imposto. Tudo na lei, acredite. A maior parte do rendimento desses ricos é classificada como não tributado ou com tributação exclusiva, isto é tributado apenas com o percentual da fonte, como os rendimentos de aplicações financeiras.

Em 2013, do total de rendimentos desses ricaços, apenas 35% foram tributados pelo Imposto de renda pessoa física. Na faixa dos que recebem de 3 a 5 salários, por exemplo, mais de 90% da renda foi alvo de pagamento de imposto. Em resumo: a lei decidiu que salário do trabalhador paga imposto, lucro do bilionário não paga.

O que isso exige da ação política?

Quando a classe trabalhadora e suas organizações se enfraquecem, burocratizam ou recuam, deixam a ideologia e os sentimentos da classe média sob o comando da classe capitalista. Mais ainda, da sua ala mais reacionária. Pior ainda: a direita conquista até mesmo o coração dos trabalhadores que são tentados a se imaginar como "classe média".

Leia mais em:

http://www.vermelho.org.br/noticia/270003-1

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/09/2015 - RBA

Lista de trabalho escravo tem 421 nomes de empregadores

Por meio da Lei de Acesso à Informação, 'Repórter Brasil' e InPACTO divulgam a "Lista da Transparência sobre Trabalho Escravo", que engloba casos entre maio de 2013 e maio de 2015

Uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal impedindo o governo federal de divulgar a "lista suja" do trabalho escravo, no final do ano passado, continua em vigor. Por conta disso, a Repórter Brasil e o Instituto do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO) solicitaram com base na Lei de Acesso à Informação (12.527/2012), que o Ministério do Trabalho e Emprego (responsável pela lista desde 2003) fornecesse os dados dos empregadores autuados em decorrência de caracterização de trabalho análogo ao de escravo e que tiveram decisão administrativa final, entre maio de 2013 e maio de 2015.

O extrato com o resultado, recebido pelas organizações na quinta-feita (3), pode ser obtido abaixo:

"Lista de Transparência sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil"

A primeira solicitação dessa listagem com base na Lei de Acesso à Informação foi feita por iniciativa do blog de Leonardo Sakamoto e também solicitada pela Repórter Brasil e o InPACTO. Divulgada em março deste ano, trouxe os casos entre dezembro de 2012 e dezembro de 2014.

Esta nova solicitação, uma iniciativa dessas duas instituições da sociedade civil, engloba os casos entre maio de 2013 e maio de 2015, e contém 421 nomes de pessoas físicas e jurídicas. O Pará é o Estado mais presente, com 180 empregadores, seguido por Minas Gerais, com 45, e Tocantins, com 28.

O objetivo das organizações ao veicular essa "Lista de Transparência sobre Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil" é garantir o direito da sociedade e do setor empresarial à transparência sobre o tema, fornecendo informações sobre os flagrantes confirmados por trabalho análogo ao de escravo realizados pelo governo.

Suspensão pelo STF

Em meio ao plantão do recesso de final de ano, o ministro Ricardo Lewandowski garantiu uma liminar à Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) suspendendo a "lista suja" do trabalho escravo (cadastro de empregadores flagrados com esse tipo de mão de obra). A entidade questionou a constitucionalidade do cadastro, afirmando, entre outros argumentos, que ele deveria ser organizado por uma lei específica e não uma portaria interministerial, como é hoje.

Os nomes permaneciam na "lista suja" por, pelo menos, dois anos, período durante o qual o empregador deveria fazer as correções necessárias para que o problema não voltasse a acontecer e quitasse as pendências com o poder público. Com a suspensão, uma atualização da relação que estava para ser divulgada no dia 30 de dezembro foi bloqueada. O cadastro, criado em 2003, é um dos principais instrumentos no combate a esse crime e tido como referência pelas Nações Unidas.

Em março deste ano, o governo federal lançou uma nova portaria interministerial (MTE/SEDH número 2/2015), garantindo mais transparência ao processo de entrada e saída da "lista suja". Contudo, a Advocacia Geral da União (AGU), até agora, não convenceu o Supremo Tribunal Federal a arquivar a Ação Direta de Inconstitucionalidade, nem a suspender a liminar por perda de objeto diante da nova portaria.

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/09/lista-de-trabalho-escravo-traz-421-nomes-de-empregadores-3804.html